MANUAL DE IMPLANTAÇÃO DE ESG NO SISTEMA CONFEA/CREA: ALINHAMENTO AO ÍNDICE iESGo DO TCU

MARISTELA PORTELA FERREIRA CHAGAS[1]

[1]Tecnóloga em Gestão Ambiental (IFPE); Especialista em Gestão Pública (MBA-Uninassau); Especialista em Governança, Riscos e Compliance - GRC (MBA-Unyleya). Recife-PE, maristela-portela@hotmail.com

Apresentado no
Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC
13 a 16 de outubro de 2026

RESUMO: Este trabalho propõe a estruturação de um Manual de Implantação de práticas ESG (Environmental, Social and Governance) para o Sistema Confea/Crea. A proposta fundamenta-se na transição dos mecanismos de controle do Tribunal de Contas da União (TCU), que migrou do Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG) para o iESGo. Através de pesquisa exploratória e análise das diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), o trabalho define um roteiro metodológico estruturado em entregas estratégicas para a institucionalização da sustentabilidade, transparência e eficiência administrativa. A metodologia incorpora a atualização dos eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), integrando-os às contratações públicas de baixo impacto, critérios de infraestrutura verde e mitigação de riscos regulatórios. O manual visa detalhar indicadores de desempenho para o pilar de governança, vinculando a eficiência administrativa interna à otimização da atividade finalística de fiscalização profissional das engenharias, agronomia e geociências. A estratégia de implantação prevê um projeto-piloto no Crea-PE para posterior replicação nacional. Os resultados esperados demonstram que a adoção sistêmica do manual eleva a maturidade institucional e assegura conformidade com os novos critérios de auditoria do controle externo.

PALAVRAS-CHAVE: Governança Pública, Sustentabilidade Autárquica, iESGo, Fiscalização Profissional, Contratações Sustentáveis.

IMPLEMENTATION MANUAL FOR ESG IN THE CONFEA/CREA SYSTEM: ALIGNMENT WITH THE TCU's iESGo INDEX

ABSTRACT: This paper proposes the structuring of an Implementation Manual for ESG (Environmental, Social, and Governance) practices within the Confea/Crea System. The proposal is based on the transition of control mechanisms by the Federal Court of Accounts (TCU), which migrated from the Integrated Index of Governance and Management (iGG) to the iESGo. Through exploratory research and an analysis of the guidelines of the New Procurement Law (Law No. 14,133/2021), this study defines a methodological roadmap structured around strategic deliverables for institutionalizing sustainability, transparency, and administrative efficiency. The methodology incorporates the updating of the axes of the Environmental Agenda in Public Administration (A3P), integrating them with low-impact public procurement, green infrastructure criteria, and the mitigation of regulatory risks. The manual aims to detail performance indicators for the governance pillar, linking internal administrative efficiency to the optimization of the core activity of professional oversight in engineering, agronomy, and geosciences. The implementation strategy features a pilot project at Crea-PE for subsequent nationwide replication. The expected results demonstrate that the systemic adoption of the manual raises institutional maturity and ensures compliance with the new external control audit criteria.

KEYWORDS: Public Governance, Autarchic Sustainability, iESGo, Professional Oversight, Sustainable Procurement.

INTRODUÇÃO

A administração pública contemporânea enfrenta o desafio de integrar critérios de sustentabilidade, responsabilidade social e governança às suas práticas operacionais e decisórias. No âmbito dos conselhos de fiscalização profissional, de natureza autárquica especial, essa exigência ganha contornos de urgência diante das atualizações normativas dos órgãos de controle externo. Historicamente voltados à conformidade meramente procedimental, os conselhos de fiscalização necessitam transicionar para um modelo de gestão que mitigue riscos institucionais e amplie a transparência ativa perante a sociedade.

O Índice de Governança, Sustentabilidade e Gestão (iESGo), instituído pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir do Acórdão nº 1205/2023-Plenário, consolida essa mudança de paradigma. O iESGo substitui o Índice Integrado de Governança e Gestão (iGG), integrando as dimensões de governança e gestão pública tradicional (liderança, estratégia, pessoas, TI, contratações e orçamento) com as dimensões de sustentabilidade ambiental e social. Trata-se de um instrumento eletrônico de autoavaliação aplicado às organizações públicas federais, estruturado para aferir o grau de maturidade institucional na adoção de boas práticas ESG. O índice funciona não apenas como métrica de fiscalização de conformidade, mas principalmente como vetor orientador para o aprimoramento de controles internos, gestão de riscos e planos de integridade no setor público.

No caso do Sistema Confea/Crea, a adoção de um manual corporativo de ESG alinhado ao iESGo não representa uma agenda isolada ou puramente cosmética (greenwashing). Há um nexo causal direto entre o fortalecimento da governança interna e a otimização da atividade finalística da autarquia: a fiscalização rigorosa, célere e ética do exercício profissional das Engenharias, Agronomia e Geociências. Uma estrutura de governança livre de gargalos burocráticos no registro profissional, amparada em processos digitais eficientes e compliance normativo, reverte-se diretamente na garantia de segurança legal para os profissionais e na proteção efetiva da sociedade contra o exercício ilegal da profissão. Portanto, o objetivo deste trabalho é propor e estruturar a arquitetura de um Manual de Implantação de ESG direcionado ao ecossistema Confea/Crea.

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa classifica-se como exploratória e documental, com abordagem qualitativa. O desenho metodológico consistiu no levantamento e na análise crítica das normas e referências de controle da administração pública federal, especificamente: o modelo iESGo do TCU; as diretrizes de sustentabilidade da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações); a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 50/2023; o Guia de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU); e a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

A estruturação dos indicadores e eixos do manual baseia-se na reconfiguração dos eixos tradicionais da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), cruzando-os com as exigências específicas de governança autárquica. A proposta divide-se em três dimensões operacionais interdependentes (Ambiental, Social e Governança), cujas ações foram planejadas segundo critérios de viabilidade jurídica e administrativa dentro do regime de direito público, com foco no ganho de eficiência da atividade de fiscalização, registro e acervo técnico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A estrutura proposta para o Manual de Implantação de ESG no Sistema Confea/Crea foi consolidada em diretrizes institucionais divididas em três pilares fundamentais, acompanhadas de um plano de validação prática:

Pilar Ambiental (E - Environmental): Focado na racionalização dos recursos e infraestrutura administrativa. O manual incorpora os critérios técnicos da Instrução Normativa SEGES/MGI nº

50/2023 e do Guia da AGU para fundamentar as Contratações Públicas Sustentáveis. As minutas de editais devem exigir dos fornecedores selos verdes certificados, destinação adequada de resíduos e logística reversa como critérios obrigatórios de sustentabilidade. As rotinas operacionais preveem a eficiência energética predial, transição total para processos eletrônicos de registro e fiscalização (extinção definitiva do uso de papel nas câmaras e plenários) e a implantação de inventários de emissão de gases de efeito estufa para as frotas de veículos utilizadas na fiscalização de campo.

Pilar Social (S - Social): O papel social de um conselho profissional deve concentrar-se estritamente nas suas prerrogativas de regulação, fiscalização e fomento, afastando-se de propostas de execução direta de obras públicas ou habitações populares. O manual redefine a atuação social através de mecanismos corporativos e normativos internos, estruturados em três eixos práticos:

Instituição de incentivos administrativos para a desburocratização e aceleração da tramitação de Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) vinculadas a projetos de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social (ATHIS), saneamento básico e mitigação de desastres em áreas vulneráveis;

Proposta de desoneração, isenção ou redução de taxas de ART para programas públicos ou comunitários de moradia popular promovidos por municípios ou entidades conveniadas;

Criação de editais de chamamento público voltados a Entidades de Classe registradas no Crea, com destinação de verba orçamentária específica (através de editais de patrocínio) para a capacitação continuada de profissionais em técnicas de construção sustentável, acessibilidade universal e ATHIS. Internamente, o pilar contempla programas permanentes de saúde ocupacional, equidade de gênero e raça nos cargos de liderança técnica e acessibilidade arquitetônica nas inspetorias.

Pilar de Governança (G - Governance): Para afastar o risco de duplicidade de estruturas ou ações isoladas, o manual adota a integração sistêmica do ESG ao modelo de Governança, Riscos e Compliance (GRC). Utiliza-se como base a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, inserindo os riscos socioambientais e éticos diretamente na matriz geral de riscos e controles internos da autarquia. Os indicadores de governança incluem: tempo médio de julgamento de processos éticos e de registro profissional, nível de transparência ativa e passiva (LAI), implementação efetiva de canais de denúncia anônimos geridos por Ouvidorias independentes, e programas periódicos de treinamento em compliance regulatório e LGPD para conselheiros, diretores e empregados públicos.

Estratégia de Implantação Político-Administrativa: Para garantir viabilidade prática e mitigar resistências no ecossistema federado dos Creas, a estratégia de implementação rejeita a imposição nacional imediata. Propõe-se a execução de um Projeto-Piloto de Validação Executiva no Crea-PE pelo período de 12 meses. Durante o piloto, uma comissão mista mensurará os indicadores de desempenho socioambiental, a redução de custos operacionais (eficiência de custeio) e o impacto no tempo de resposta das análises de registros e fiscalização. Após a validação dos dados empíricos e consolidação da maturidade do manual no ambiente piloto, o modelo será apresentado ao Colégio de Presidentes (CP) para subsidiar a criação de um Grupo de Trabalho (GT) institucional no âmbito do Confea, visando a padronização e replicação nacional orientada.

Pilar	Indicador de Desempenho (Manual ESG)	Alinhamento ao iESGo (TCU)	Benefício Prático para o Sistema
Ambiental (E)	% de editais com critérios da IN SEGES/MGI nº 50/2023	Gestão de Contratações	Redução de pegada ecológica corporativa
Ambiental (E)	Redução do consumo de combustível fóssil na frota de fiscalização mediante roteirização inteligente.	Sustentabilidade Ambiental / Eficiência Logística	Redução das emissões de gases de efeito estufa na atividade-fim.
Social (S)	Número de ARTs para projetos de ATHIS	Sustentabilidade Social	Atendimento rápido a moradias populares
Social (S)	Volume de verba de patrocínio para capacitação em ATHIS	Sustentabilidade Social	Valorização e preparo técnico profissional
Governança (G)	Tempo médio de julgamento de processos éticos	Capacidade em Liderança e Controle	Transparência ativa e combate à impunidade
Governança (G)	% de conselheiros e gestores treinados em LGPD e GRC	Liderança e Estratégia	Mitigação de riscos regulatórios

CONCLUSÃO

A formulação e a implementação de um Manual de ESG alinhado ao índice iESGo do TCU conferem ao Sistema Confea/Crea o patamar de maturidade administrativa exigido pelos órgãos de controle contemporâneos. A revisão metodológica promovida neste trabalho possibilita corrigir distorções

funcionais e inserir balizas normativas federais atualizadas, como a IN SEGES/MGI nº 50/2023 e a IN MP/CGU nº 01/2016.
Ao vincular a integridade e a sustentabilidade interna diretamente à eficiência da atividade finalística de fiscalização e registro profissional, o manual demonstra que o compliance socioambiental reverte-se em segurança técnica e proteção concreta para a sociedade.
A estratégia de validação prévia por meio de projeto-piloto no Crea-PE resguarda a viabilidade operacional do projeto e fornece lastro técnico para a futura expansão nacional.

AGRADECIMENTOS

À equipe de colaboradores do Crea-PE.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Advocacia-Geral da União. *Guia de Contratações Sustentáveis da AGU*. 5. ed. Brasília: AGU, 2023.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. *Instrução Normativa SEGES/MGI nº 50, de 28 de novembro de 2023*. Estabelece critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas. Brasília: MGI, 2023.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão / Controladoria-Geral da União. *Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016*. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança. Brasília: MP/CGU, 2016.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Acórdão nº 1205/2023 - Plenário*. Relator: Ministro Vital do Rêgo. Processo TC 015.113/2023-9. Levantamento de Governança e Gestão. Brasília: TCU, 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *Relatório Técnico do Levantamento de Governança, Sustentabilidade e Gestão - Ciclo iESGo 2024*. Brasília: TCU, 2024.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Cartilha A3P: Agenda Ambiental na Administração Pública*. 3. ed. Brasília: MMA, 2012.

REDE GOVERNANÇA BRASIL (RGB). *Guia ESG Público: contribuições para as organizações públicas*. São Paulo: RGB, 2023.